

CRISE DA SOBERANIA NO MUNDO PÓS-MODERNO: GEOPOLÍTICA, COLONIALIDADE E VIOLÊNCIA EPISTEMOLÓGICA CONTRA A AUTODETERMINAÇÃO DOS POVOS

Jose Antônio Nunes Aguiar

Mestrando em direito e afirmação de vulneráveis, universidade CEUMA, São Luís/MA e graduado em direito pela UFMA.

<https://www.lattes.cnpq.br/1365793003921191>

<https://orcid.org/0009-0007-2605-6343>

E-mail: joseantonionunesaguiar145@gmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2025.V4N4>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2025.V4N4-58>

RESUMO: Este artigo analisa a crise contemporânea da soberania no mundo pós-moderno a partir das práticas geopolíticas que violam sistematicamente a autodeterminação dos povos. Argumenta-se que intervenções indiretas, bloqueios econômicos, sanções unilaterais e imposições institucionais não se limitam a disputas interestatais, mas operam como dispositivos de colonialidade ampliada, incidindo sobre economias nacionais, culturas, sistemas educativos e regimes de produção do conhecimento. Com base em uma abordagem teórico-crítica, dialogando com a teoria do sistema-mundo, os estudos decoloniais, a antropologia política e a crítica epistemológica, o artigo sustenta que tais práticas configuram formas de violência estrutural e epistemológica, responsáveis por desorganizar estruturas sociais e produzir rupturas civilizatórias duráveis. Defende-se que a soberania, no contexto atual, tornou-se seletiva e condicional, aplicada de modo assimétrico conforme interesses hegemônicos globais. Conclui-se que a superação desse quadro exige processos de descolonização de longa duração, capazes de reconstruir horizontes culturais, políticos e epistemológicos próprios, reconhecendo a pluralidade dos povos e suas formas legítimas de organização social e produção de saber.

PALAVRAS-CHAVE: Soberania. Colonialidade. Autodeterminação dos povos. Geopolítica. Violência epistemológica.

CRISIS OF SOVEREIGNTY IN THE POSTMODERN WORLD: GEOPOLITICS, COLONIALITY AND EPISTEMIC VIOLENCE AGAINST THE SELF-DETERMINATION OF PEOPLES.

ABSTRACT: This article examines the contemporary crisis of sovereignty in the postmodern world through an analysis of geopolitical practices that systematically violate the self-determination of peoples. It argues that indirect interventions, economic blockades, unilateral sanctions and institutional impositions extend beyond interstate disputes and function as mechanisms of expanded coloniality, reshaping national economies, cultures, educational systems and regimes of knowledge production. Drawing on a critical theoretical approach that engages world-systems theory, decolonial studies, political anthropology and epistemological critique, the article contends that such practices constitute forms of structural and epistemic violence, generating deep and lasting civilizational ruptures. It further demonstrates that sovereignty has become

selective and conditional, unevenly applied according to global hegemonic interests. The article concludes that overcoming this condition requires long-term processes of decolonization capable of reconstructing political, cultural and epistemic horizons grounded in the plurality of peoples and their legitimate modes of social organization and knowledge production.

KEYWORDS: Sovereignty. Coloniality. Self-determination of peoples. Geopolitics. Epistemic violence.

INTRODUÇÃO

A ordem internacional contemporânea é atravessada por uma contradição estrutural profunda: enquanto os princípios da soberania estatal, da autodeterminação dos povos e do respeito à diversidade cultural permanecem formalmente consagrados no direito internacional e nos discursos multilaterais, as práticas geopolíticas dominantes operam de forma sistemática na direção oposta. Bloqueios econômicos, sanções unilaterais, intervenções indiretas, pressões financeiras e imposições institucionais tornaram-se instrumentos recorrentes de gestão do sistema internacional, produzindo efeitos devastadores sobre Estados, populações e culturas.

No contexto do mundo pós-moderno — ou da modernidade tardia — essas práticas não se apresentam mais sob a forma clássica da ocupação colonial direta, mas como mecanismos sofisticados de coerção estrutural, legitimados por narrativas de segurança, estabilidade, democracia ou governança global. Conforme aponta Wallerstein (2004), o sistema-mundo capitalista sempre operou por meio de hierarquias assimétricas, nas quais a soberania nunca foi distribuída de maneira equitativa. O que se observa na contemporaneidade é a reconfiguração dessas hierarquias, agora sustentadas por dispositivos econômicos, jurídicos, culturais e epistemológicos.

Essa reconfiguração produz aquilo que os estudos decoloniais denominam colonialidade: um padrão de poder que persiste para além do colonialismo formal e que organiza não apenas as relações econômicas e políticas, mas também os regimes de verdade, os sistemas educativos e as formas legítimas de produção do conhecimento (Quijano, 2000; Mignolo, 2010). Nesse sentido, a crise da soberania não pode ser compreendida apenas como um problema jurídico ou diplomático, mas como uma crise

civilizatória, que afeta profundamente as bases materiais, simbólicas e epistemológicas das sociedades atingidas.

Autores como Mbembe (2018) e Agamben (2004) contribuem para essa análise ao demonstrar como o poder contemporâneo opera cada vez mais por meio da exceção permanente, suspendendo direitos e normalizando formas de violência que atingem populações inteiras. Bloqueios econômicos e sanções internacionais, por exemplo, não incidem apenas sobre governos, mas sobre a vida cotidiana, os corpos e as possibilidades de reprodução social dos povos, configurando modalidades de violência estrutural e necropolítica.

Além disso, tais práticas produzem efeitos duradouros no plano cultural e pedagógico. A desorganização econômica e institucional cria condições favoráveis para a imposição de narrativas históricas externas, modelos educacionais hegemônicos e epistemologias universalizantes, que deslegitimam saberes locais e reconfiguram subjetividades. Como já advertia Fanon (1961), a dominação colonial não se limita ao controle do território, mas busca reorganizar as estruturas mentais e culturais dos povos dominados. Freire (1970), por sua vez, evidencia como a pedagogia pode funcionar tanto como instrumento de libertação quanto de domesticação.

Diante desse cenário, este artigo parte da hipótese de que as práticas geopolíticas contemporâneas configuram uma colonização ampliada, que articula economia, política, cultura e epistemologia, produzindo rupturas civilizatórias profundas e de longa duração. Argumenta-se que a soberania, no mundo pós-moderno, tornou-se seletiva, condicional e hierarquizada, aplicada de modo desigual conforme interesses hegemônicos globais, o que compromete diretamente a autodeterminação dos povos e a pluralidade de projetos civilizatórios.

Metodologicamente, o estudo adota uma abordagem teórico-crítica, fundamentada na revisão bibliográfica qualificada e na análise estrutural de processos históricos e contemporâneos de dominação. O diálogo com a teoria do sistema-mundo, os estudos decoloniais, a antropologia política e a crítica epistemológica permitem compreender como essas dinâmicas operam simultaneamente em múltiplas escalas, do global ao cotidiano.

Além desta introdução, o artigo organiza-se da seguinte forma: na seção seguinte, apresenta-se a justificativa epistemológica política do estudo; em seguida, discute-se a problematização da soberania no mundo pós-moderno; posteriormente, desenvolvem-se os referenciais teóricos e o marco analítico; a metodologia é então explicitada; e, por fim, são apresentadas as discussões e resultados, culminando nas considerações finais, que retomam os principais achados e suas implicações teóricas e políticas.

JUSTIFICATIVA

A elaboração deste artigo justifica-se pela necessidade urgente de aprofundar a compreensão crítica sobre as transformações contemporâneas da soberania no mundo pós-moderno, especialmente diante da intensificação de práticas geopolíticas que violam sistematicamente à autodeterminação dos povos. Embora tais práticas sejam frequentemente analisadas a partir de enfoques jurídicos ou estratégicos, ainda são insuficientes as abordagens que articulem, de forma integrada, as dimensões econômica, cultural, pedagógica e epistemológica da dominação contemporânea.

No campo das Ciências Sociais, grande parte da literatura tradicional tende a tratar a soberania como um atributo formal do Estado-nação, desconsiderando os modos pelos quais ela é condicionada, relativizada ou suspensa em contextos de assimetria global. Conforme argumenta Wallerstein (2004), o sistema-mundo capitalista sempre operou por meio de hierarquias estruturais que limitam a autonomia real dos Estados periféricos e semiperiféricos. No entanto, no contexto atual, essas limitações assumem formas ainda mais complexas, deslocando-se do plano militar direto para mecanismos econômicos, financeiros, culturais e cognitivos.

Além disso, a justificativa deste estudo reside na necessidade de romper com a naturalização das intervenções externas. Sanções, bloqueios e pressões institucionais são frequentemente apresentados como instrumentos técnicos, neutros ou inevitáveis, quando, na realidade, produzem efeitos sociais devastadores e duradouros. Mbembe (2018) demonstra que tais práticas integram um regime contemporâneo de poder que administra a vida e a morte de populações inteiras, configurando formas de necropolítica que operam de maneira difusa e contínua.

Do ponto de vista epistemológico, este artigo se justifica por confrontar a persistência da colonialidade do saber no próprio campo acadêmico. Como aponta Quijano (2000), a modernidade não apenas organizou a economia e a política globais, mas instituiu uma hierarquia de conhecimentos que privilegia epistemologias eurocentradas em detrimento dos saberes produzidos no Sul Global. Essa hierarquia continua operando na produção científica, na formulação de políticas internacionais e nos discursos sobre desenvolvimento, democracia e governança.

A relevância do estudo amplia-se ao considerar os efeitos dessas dinâmicas sobre as políticas públicas e a vida cotidiana das populações. Bloqueios econômicos e intervenções externas comprometem a capacidade dos Estados de implementar políticas sociais, aprofundando desigualdades, precarizando serviços públicos e ampliando contextos de vulnerabilidade. Nesse sentido, discutir soberania e colonialidade não é um exercício abstrato, mas uma exigência analítica para compreender como decisões tomadas em escalas globais se materializam em experiências concretas de sofrimento, exclusão e resistência.

Do ponto de vista pedagógico e cultural, a justificativa também se sustenta na constatação de que a dominação contemporânea opera por meio da reconfiguração das narrativas históricas e dos sistemas educacionais. Fanon (1961) e Freire (1970) demonstraram que a colonização atua profundamente na formação das consciências, moldando subjetividades alinhadas à lógica do dominador. A imposição de currículos, modelos institucionais e epistemologias universais contribui para o apagamento de memórias coletivas e para a deslegitimação de projetos civilizatórios alternativos.

Por fim, este artigo se justifica por sua contribuição ao debate contemporâneo sobre a crise da ordem internacional. A seletividade na aplicação do direito internacional, a assimetria na definição de ameaças e a normalização do estado de exceção revelam a incapacidade do sistema global de lidar com a pluralidade política, cultural e epistemológica dos povos. Ao analisar essas dinâmicas a partir de uma perspectiva crítica e decolonial, o estudo busca não apenas interpretar a realidade, mas contribuir para a construção de horizontes teóricos capazes de sustentar processos de descolonização, reconhecimento e justiça global.

PROBLEMATIZAÇÃO DA PESQUISA

A soberania e a autodeterminação dos povos figuram entre os princípios centrais do direito internacional moderno e das narrativas políticas que sustentam a ordem global contemporânea. Contudo, na prática, esses princípios têm sido sistematicamente relativizados por intervenções geopolíticas, bloqueios econômicos, sanções unilaterais e mecanismos de pressão institucional que operam de maneira seletiva e assimétrica. Tal contradição evidencia uma crise estrutural da soberania no mundo pós-moderno, cuja compreensão exige ir além das abordagens normativas ou jurídico-formais.

O problema central que orienta esta pesquisa reside no fato de que as práticas contemporâneas de intervenção não se limitam a constranger Estados enquanto entes abstratos, mas incidem diretamente sobre povos concretos, afetando suas condições materiais de existência, suas culturas, suas instituições educativas e seus regimes de produção de conhecimento. Ao fazê-lo, tais práticas produzem formas duráveis de dependência e subordinação, que se mantêm mesmo na ausência de dominação colonial direta.

Nesse contexto, a soberania deixa de operar como um princípio universal e passa a funcionar como um dispositivo condicional, aplicado conforme interesses geopolíticos e econômicos hegemônicos. Como argumenta Agamben (2004), a exceção tende a se tornar regra, legitimando a suspensão de direitos e a normalização da violência em nome da segurança ou da estabilidade. No plano internacional, essa lógica autoriza sanções e bloqueios que afetam populações inteiras, sem mecanismos efetivos de responsabilização ou reparação.

Além disso, a problemática se agrava ao considerar que tais intervenções operam também no plano simbólico e epistemológico. A desorganização econômica e institucional cria condições favoráveis para a imposição de narrativas históricas externas, modelos educacionais padronizados e epistemologias universalizantes, que deslegitimam saberes locais e produzem subjetividades alinhadas à lógica dominante. Como aponta Quijano (2000), a colonialidade do poder articula economia, autoridade e conhecimento, configurando uma matriz de dominação que persiste para além do colonialismo formal.

Dessa forma, o problema de pesquisa não se resume a identificar violações pontuais da soberania, mas a compreender como e por que essas violações se reproduzem estruturalmente no sistema internacional contemporâneo, e quais são seus efeitos de longa duração sobre a autodeterminação dos povos e sobre a diversidade cultural e epistemológica global. Trata-se de questionar os fundamentos da ordem internacional vigente e de interrogar os limites de um modelo civilizatório que se afirma universal ao mesmo tempo em que produz exclusão, dependência e ruína.

À luz dessas considerações, este estudo é orientado pela seguinte questão de pesquisa:

Como as práticas geopolíticas contemporâneas de intervenção econômica, política, cultural e epistemológica contribuem para a crise da soberania no mundo pós-moderno, produzindo formas duráveis de colonialidade que violam a autodeterminação dos povos?

De forma complementar, o artigo trabalha com a hipótese de que tais práticas configuram uma colonização ampliada, cuja superação exige processos de descolonização de longa duração, capazes de reconstituir autonomias políticas, culturais e epistemológicas próprias.

OBJETIVOS DA PESQUISA

OBJETIVO GERAL

Analisar criticamente a crise contemporânea da soberania e da autodeterminação dos povos no mundo pós-moderno, a partir das práticas geopolíticas de intervenção econômica, política, cultural e epistemológica, evidenciando como tais práticas produzem formas ampliadas de colonialidade e comprometem projetos autônomos de desenvolvimento, cultura e produção de conhecimento.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

a) Examinar a soberania como um princípio aplicado de forma seletiva no sistema internacional contemporâneo, à luz das hierarquias estruturais do sistema-mundo;

b) Analisar os efeitos dos bloqueios econômicos, sanções e intervenções indiretas sobre as condições materiais de existência dos povos, com ênfase nas dimensões da violência estrutural e da necropolítica;

c) Investigar como a desorganização econômica e institucional decorrente dessas práticas contribui para a imposição de narrativas históricas, modelos culturais e epistemologias hegemônicas;

d) Compreender os mecanismos de colonialidade ampliada e violência epistemológica que operam na reconfiguração das culturas e dos sistemas de conhecimento dos povos afetados;

e) Discutir as implicações da crise da soberania para a formulação e implementação de políticas públicas em contextos periféricos e vulnerabilizados;

f) Contribuir para o debate teórico sobre descolonização, soberania e autodeterminação, propondo categorias analíticas que auxiliem na compreensão crítica das dinâmicas contemporâneas de dominação global.

REFERENCIAL TEÓRICO

A análise da crise da soberania no mundo pós-moderno exige um arcabouço teórico capaz de apreender simultaneamente as dimensões histórica, estrutural, cultural e epistemológica das relações de poder contemporâneas. Para tanto, este artigo articula diferentes tradições críticas, organizadas em eixos complementares, que permitem compreender a persistência da dominação para além do colonialismo formal e a reconfiguração contemporânea do imperialismo.

SISTEMA-MUNDO, HEGEMONIA E ASSIMETRIAS GLOBAIS

A teoria do sistema-mundo, desenvolvida por Immanuel Wallerstein (2004), constitui um dos pilares analíticos deste estudo. Para o autor, o capitalismo histórico organiza-se a partir de uma divisão internacional do trabalho que estrutura relações assimétricas entre centro, semiperiferia e periferia. Nesse sistema, a soberania nunca foi

um atributo plenamente universal, mas um recurso distribuído de forma desigual, condicionado pela posição estrutural dos Estados na economia-mundo.

Giovanni Arrighi (2007) aprofunda essa análise ao demonstrar como os ciclos sistêmicos de acumulação deslocam os centros de poder global, sem eliminar as hierarquias estruturais. No contexto contemporâneo, a hegemonia assume formas predominantemente financeiras e institucionais, reduzindo a necessidade de ocupação territorial direta e ampliando o uso de mecanismos indiretos de coerção.

Essas contribuições permitem compreender por que intervenções econômicas, sanções e bloqueios não constituem exceções, mas mecanismos estruturais de gestão da ordem global, voltados à manutenção da hegemonia e à contenção de projetos políticos alternativos.

COLONIALIDADE DO PODER E PERSISTÊNCIA DO COLONIALISMO

O conceito de colonialidade do poder, formulado por Aníbal Quijano (2000), é central para a análise proposta. Segundo o autor, a colonialidade constitui uma matriz de poder que articula hierarquias raciais, econômicas, políticas e epistêmicas, sobrevivendo à descolonização formal dos Estados. A modernidade, nesse sentido, não pode ser dissociada da colonialidade, pois ambas emergem como faces de um mesmo processo histórico.

Walter Dignolo (2010) amplia essa perspectiva ao introduzir a noção de desobediência epistêmica, destacando que a dominação contemporânea opera pela imposição de uma racionalidade universalizante que desqualifica outras formas de conhecimento. Para o autor, a colonialidade do saber sustenta a colonialidade do poder, ao definir quais epistemes são reconhecidas como legítimas.

Ramon Grosfoguel (2016) complementa essa análise ao enfatizar a dimensão geopolítica do conhecimento, demonstrando como a produção científica global reproduz hierarquias coloniais ao privilegiar centros epistemológicos do Norte Global.

NECROPOLÍTICA, VIOLÊNCIA ESTRUTURAL E ESTADO DE EXCEÇÃO

A dimensão violenta das práticas contemporâneas de dominação é analisada a partir das contribuições de Achille Mbembe (2018), que desenvolve o conceito de necropolítica para descrever regimes de poder que administram a vida e a morte de populações inteiras. No contexto de bloqueios econômicos e sanções internacionais, a necropolítica manifesta-se de forma indireta, ao produzir condições estruturais de escassez, precarização e morte evitável.

Johan Galtung (1969), ao formular o conceito de violência estrutural, fornece um instrumental analítico fundamental para compreender como essas práticas operam sem a necessidade de violência física direta, mas com efeitos igualmente devastadores sobre a vida social.

Giorgio Agamben (2004), por sua vez, contribui ao demonstrar como o estado de exceção se converte em técnica permanente de governo. No plano internacional, a exceção legitima a suspensão seletiva da soberania e dos direitos humanos, normalizando intervenções que afetam populações inteiras.

CULTURA, PEDAGOGIA E FORMAÇÃO DAS SUBJETIVIDADES

A dominação contemporânea não se sustenta apenas por mecanismos econômicos ou políticos, mas atua profundamente na esfera cultural e pedagógica. Frantz Fanon (1961) foi um dos primeiros autores a demonstrar que o colonialismo busca reorganizar não apenas o território, mas a própria subjetividade dos povos colonizados, produzindo alienação cultural e internalização da inferioridade.

Paulo Freire (1970) aprofunda essa crítica ao analisar a pedagogia como campo estratégico de disputa. Para o autor, sistemas educativos podem funcionar como instrumentos de libertação ou de domesticação, dependendo de sua orientação política e epistemológica. A imposição de modelos educacionais hegemônicos contribui para a reprodução da colonialidade ao silenciar saberes locais e experiências históricas próprias.

Pierre Bourdieu (1998) acrescenta a essa discussão a noção de violência simbólica, evidenciando como a dominação se exerce de forma sutil, por meio da

internalização de esquemas de percepção e classificação que naturalizam hierarquias sociais e culturais.

EPISTEMOLOGIAS DO SUL E CRÍTICA AO UNIVERSALISMO

Por fim, o referencial teórico dialoga com as Epistemologias do Sul, desenvolvidas por Boaventura de Sousa Santos (2014), que propõem uma crítica radical ao universalismo epistemológico moderno. Segundo o autor, a justiça social global está indissociavelmente ligada à justiça cognitiva, isto é, ao reconhecimento da pluralidade de saberes produzidos por diferentes povos e culturas.

Essa perspectiva permite compreender a descolonização não apenas como um processo político ou econômico, mas como um projeto epistemológico de longa duração, voltado à reconstrução de horizontes de sentido próprios e à valorização de racionalidades historicamente subalternizadas.

MARCO TEÓRICO

O marco teórico deste estudo resulta da articulação crítica entre as contribuições da teoria do sistema-mundo, dos estudos decoloniais, da antropologia política e da crítica epistemológica. Tal articulação permite construir um modelo analítico capaz de compreender a crise contemporânea da soberania como um fenômeno multidimensional, que opera simultaneamente nos planos econômico, político, cultural e epistemológico.

Parte-se do pressuposto de que a soberania, no mundo pós-moderno, não pode ser entendida como um atributo jurídico estático do Estado-nação, mas como uma relação histórica e estrutural, permanentemente disputada no interior de hierarquias globais assimétricas. Nesse sentido, a soberania é concebida como condicional e seletiva, sendo reconhecida ou negada conforme interesses geopolíticos hegemônicos.

CATEGORIAS CENTRAIS DE ANÁLISE

a) Soberania seletiva: Define-se soberania seletiva como o processo pelo qual o reconhecimento da autonomia política dos Estados e dos povos é aplicado de forma desigual no sistema internacional. Essa seletividade se expressa na tolerância ou condenação diferenciada de práticas políticas semelhantes, dependendo da posição ocupada por cada Estado na hierarquia global.

b) Colonialidade ampliada: A colonialidade ampliada refere-se à persistência e atualização das estruturas coloniais para além do domínio territorial direto. Ela articula mecanismos econômicos (bloqueios, sanções), políticos (intervenções indiretas), culturais (imposição de narrativas) e epistemológicos (hierarquização do saber), produzindo formas duráveis de dependência.

c) Violência epistemológica: Entende-se por violência epistemológica o processo pelo qual determinados saberes, racionalidades e experiências históricas são deslegitimados ou invisibilizados em favor de epistemologias universalizantes. Essa violência limita a capacidade dos povos de pensarem a si mesmos e de construírem projetos históricos autônomos.

d) Rupturas civilizatórias: As rupturas civilizatórias correspondem aos efeitos de longa duração da colonialidade ampliada sobre culturas, instituições, línguas e cosmologias. Diferentemente de crises conjunturais, essas rupturas afetam os horizontes de sentido e as possibilidades de reprodução social dos povos.

ARTICULAÇÃO ENTRE ESCALAS: DO GLOBAL AO COTIDIANO

O marco teórico adota uma abordagem multiescalar, compreendendo que decisões tomadas no plano global — por organismos internacionais, mercados financeiros e potências hegemônicas — se materializam no cotidiano das populações por meio da precarização de políticas públicas, da escassez de recursos e da reconfiguração das experiências sociais.

Essa perspectiva dialoga com a antropologia do Estado e das políticas públicas, ao evidenciar como macroestruturas de poder se manifestam em interações locais entre

agentes estatais e populações vulnerabilizadas. A crise da soberania, assim, não é apenas um fenômeno abstrato, mas uma experiência vivida.

DESCOLONIZAÇÃO COMO PROCESSO HISTÓRICO DE LONGA DURAÇÃO

A partir das categorias acima, a descolonização é compreendida como um processo histórico, conflitual e inacabado, que não se limita à independência política formal. Trata-se de um movimento que envolve a reconstrução de autonomias econômicas, culturais e epistemológicas, exigindo disputas simbólicas e institucionais prolongadas.

Nesse sentido, o marco teórico sustenta que a superação da crise da soberania não pode ocorrer dentro dos mesmos referenciais epistemológicos que a produziram. Ela exige a afirmação de epistemologias plurais e a revalorização de saberes historicamente subalternizados.

SÍNTESE DO MARCO TEÓRICO

Em síntese, o marco teórico proposto permite compreender a crise da soberania no mundo pós-moderno como resultado da articulação entre soberania seletiva, colonialidade ampliada e violência epistemológica, cujos efeitos se expressam em rupturas civilizatórias profundas. Essa estrutura analítica orienta a metodologia do estudo e fundamenta a interpretação dos resultados apresentados nas seções subsequentes.

METODOLOGIA

Este artigo adota uma abordagem qualitativa, crítico-interpretativa, fundamentada nas tradições da teoria social crítica, dos estudos decoloniais e da antropologia política. Tal escolha metodológica justifica-se pela natureza do objeto investigado, que envolve processos históricos, relações de poder e dinâmicas simbólicas e epistemológicas que não podem ser adequadamente apreendidas por métodos quantitativos ou positivistas.

A pesquisa é de caráter teórico-analítico e documental, com forte componente reflexivo, buscando articular produção bibliográfica especializada, documentos institucionais e discursos políticos como fontes centrais de análise. O objetivo não é estabelecer generalizações estatísticas, mas compreender criticamente os mecanismos estruturais que sustentam a crise contemporânea da soberania e da autodeterminação dos povos.

TIPO E ABORDAGEM DA PESQUISA

Do ponto de vista epistemológico, a pesquisa insere-se no campo das epistemologias críticas, rejeitando a pretensão de neutralidade científica e reconhecendo o conhecimento como socialmente situado. Parte-se do entendimento de que toda produção de saber é atravessada por relações de poder, conforme argumentam autores como Foucault (1979), Quijano (2000) e Santos (2014).

A abordagem é interdisciplinar, articulando contribuições da Ciência Política, Sociologia, Antropologia, Relações Internacionais e Estudos Culturais, o que permite uma leitura mais ampla e integrada das práticas geopolíticas contemporâneas e de seus efeitos socioculturais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos adotados incluem:

- Revisão bibliográfica sistemática e crítica, envolvendo autores clássicos e contemporâneos sobre sistema-mundo, colonialidade, soberania, necropolítica e epistemologias do Sul;
- Análise documental, a partir de resoluções internacionais, discursos políticos, relatórios institucionais e documentos oficiais que evidenciam práticas de sanções, bloqueios e intervenções indiretas;

- Análise discursiva, voltada à identificação de narrativas legitimadoras da intervenção e da relativização da soberania, observando categorias como segurança, democracia, estabilidade e desenvolvimento;
- Análise interpretativa, que articula os dados empíricos e documentais às categorias analíticas definidas no marco teórico.

Esses procedimentos não são tratados de forma fragmentada, mas integrados em um movimento analítico contínuo, orientado pelas categorias de soberania seletiva, colonialidade ampliada e violência epistemológica.

CRITÉRIOS DE ANÁLISE

A análise dos dados é guiada por três critérios centrais:

1. Historicidade – compreensão dos fenômenos como processos de longa duração, evitando leituras conjunturais ou imediatistas;
2. Totalidade – análise das práticas geopolíticas como parte de um sistema global de poder, articulando economia, política, cultura e conhecimento;
3. Crítica epistemológica – questionamento das categorias e narrativas naturalizadas que sustentam a ordem internacional contemporânea.

Esses critérios permitem superar leituras fragmentadas e contribuem para uma interpretação estrutural e crítica do objeto de estudo.

LIMITAÇÕES E ALCANCE DA PESQUISA

Reconhece-se que, por se tratar de uma pesquisa predominantemente teórica e documental, o estudo não pretende esgotar empiricamente a diversidade de experiências nacionais e locais afetadas pelas práticas analisadas. Contudo, essa limitação é compensada pela profundidade analítica e pela capacidade de articular diferentes escalas de poder e dominação.

O alcance do estudo reside, portanto, em sua contribuição teórica e crítica, oferecendo categorias analíticas e reflexões capazes de subsidiar pesquisas empíricas

futuras, bem como debates acadêmicos e políticos sobre soberania, descolonização e justiça global.

DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise desenvolvida neste estudo evidencia que a crise contemporânea da soberania não pode ser compreendida como um fenômeno excepcional ou circunstancial, mas como um elemento estrutural do sistema internacional pós-moderno. As práticas de bloqueios econômicos, sanções unilaterais e intervenções indiretas configuram mecanismos recorrentes de regulação da ordem global, operando de maneira seletiva e assimétrica.

Os resultados da análise indicam que tais práticas não apenas comprometem a autonomia formal dos Estados, mas produzem impactos profundos e duradouros sobre os povos, afetando suas condições materiais de existência, seus sistemas culturais e suas capacidades epistemológicas de autointerpretação.

A SOBERANIA COMO DISPOSITIVO SELETIVO DE PODER

Os dados analisados permitem afirmar que a soberania, longe de operar como princípio universal, funciona como um dispositivo seletivo, ativado ou suspenso conforme interesses geopolíticos hegemônicos. Essa seletividade manifesta-se na legitimação de intervenções em determinados contextos, enquanto práticas semelhantes são toleradas ou ignoradas em outros.

Tal constatação reforça a tese de Wallerstein (2004) e Arrighi (2007), segundo a qual a ordem internacional é estruturada por hierarquias sistêmicas que condicionam o exercício efetivo da soberania. Estados situados na periferia do sistema-mundo tornam-se particularmente vulneráveis a mecanismos de coerção indireta, que operam sob o discurso da legalidade e da governança global.

BLOQUEIOS ECONÔMICOS E NECROPOLÍTICA INDIRETA

A análise dos efeitos dos bloqueios econômicos revela que esses mecanismos produzem uma forma de necropolítica indireta, ao gerar escassez de alimentos, medicamentos e serviços essenciais. Ainda que não envolvam violência militar direta, tais práticas configuram regimes de gestão da vida e da morte, conforme argumenta Mbembe (2018).

Os resultados indicam que a violência estrutural descrita por Galtung (1969) manifesta-se de maneira sistemática, produzindo sofrimento social prolongado e aprofundando desigualdades internas. Essas dinâmicas comprometem a capacidade dos Estados de implementar políticas públicas, agravando contextos de vulnerabilidade e instabilidade social.

COLONIALIDADE AMPLIADA E DESORGANIZAÇÃO SOCIOCULTURAL

Outro resultado central do estudo é a identificação de um processo de colonialidade ampliada, no qual a desorganização econômica e institucional funciona como condição para a reconfiguração cultural e simbólica dos povos. A precarização estrutural cria espaços para a imposição de narrativas externas, modelos institucionais padronizados e valores hegemônicos.

Esse processo confirma as análises de Fanon (1961) e Freire (1970), segundo as quais a dominação colonial atua profundamente na formação das subjetividades, produzindo alienação cultural e fragilização dos vínculos sociais. A colonização, nesse sentido, não se limita ao território, mas alcança os horizontes de sentido e as formas de produção do conhecimento.

VIOLÊNCIA EPISTEMOLÓGICA E APAGAMENTO DE SABERES

A discussão dos resultados evidencia que a colonialidade ampliada é sustentada por um regime de violência epistemológica, que deslegitima saberes locais e experiências históricas não alinhadas à racionalidade hegemônica. A imposição de epistemologias

universalizantes contribui para o apagamento de cosmologias, línguas e formas alternativas de organização social.

Esse achado dialoga diretamente com Quijano (2000), Mignolo (2010) e Santos (2014), ao demonstrar que a crise da soberania é inseparável da crise da diversidade epistemológica global. A exclusão de saberes não ocidentais limita as possibilidades de construção de projetos políticos autônomos e reforça relações de dependência cognitiva.

IMPLICAÇÕES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS E AUTODETERMINAÇÃO

Os resultados também indicam que a crise da soberania impacta diretamente a formulação e a implementação de políticas públicas. Estados submetidos a pressões externas veem sua capacidade administrativa reduzida, enquanto políticas sociais tornam-se reféns de agendas impostas por organismos internacionais ou interesses geopolíticos.

Essa dinâmica compromete o princípio da autodeterminação dos povos, transformando políticas públicas em instrumentos de ajuste e controle, em detrimento de projetos orientados pelas necessidades e culturas locais. Assim, a crise da soberania revela-se como uma crise da própria democracia substantiva.

EXEMPLIFICAÇÕES EMPÍRICAS DA VIOLAÇÃO DA SOBERANIA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

A análise teórica desenvolvida ao longo deste artigo encontra respaldo empírico em diversas situações concretas observadas no cenário internacional contemporâneo, nas quais a soberania dos Estados e a autodeterminação dos povos são sistematicamente violadas por meio de mecanismos indiretos de coerção. Tais mecanismos incluem bloqueios econômicos, sanções unilaterais, ameaças militares, chantagens diplomáticas e intervenções sob o discurso da segurança, da democracia ou da ajuda humanitária.

Um dos exemplos mais emblemáticos é o caso da Venezuela, submetida, nas últimas décadas, a sucessivos bloqueios econômicos e financeiros que restringem o acesso do Estado a mercados internacionais, sistemas bancários e bens essenciais. Embora tais medidas sejam frequentemente justificadas por preocupações com

democracia ou direitos humanos, seus efeitos recaem majoritariamente sobre a população civil, afetando políticas públicas, sistemas de saúde e segurança alimentar. Esse caso ilustra de forma clara como a soberania pode ser fragilizada não por ocupação militar direta, mas por instrumentos econômicos que produzem escassez e instabilidade estrutural, configurando uma forma de necropolítica indireta.

Situação semelhante pode ser observada em Cuba, país que enfrenta, há mais de seis décadas, um bloqueio econômico que impacta profundamente sua economia, sua infraestrutura e suas políticas sociais. O caráter prolongado desse bloqueio evidencia que a violação da soberania não é episódica, mas estruturante, produzindo efeitos intergeracionais e dificultando processos autônomos de desenvolvimento. Nesse contexto, a autodeterminação do povo cubano é permanentemente condicionada por pressões externas, independentemente das mudanças internas no país.

Outro exemplo relevante é o do Irã, alvo de sanções econômicas severas que limitam sua capacidade de inserção no comércio internacional e afetam diretamente sua população. As sanções, justificadas por preocupações com segurança internacional, produzem efeitos que extrapolam o campo militar, atingindo o cotidiano da sociedade e restringindo o acesso a medicamentos, tecnologia e investimentos. Esse caso evidencia como o discurso da segurança funciona como instrumento de legitimação da exceção soberana.

No contexto africano e do Oriente Médio, países como Iraque, Líbia e Síria oferecem exemplos extremos das consequências das intervenções diretas e indiretas. Em nome da estabilidade regional, do combate ao terrorismo ou da proteção de civis, esses Estados foram submetidos a processos de desestruturação institucional profunda, cujos efeitos se prolongam por décadas. A fragmentação do Estado, a crise humanitária e a perda de controle territorial revelam como a violação da soberania pode gerar rupturas civilizatórias, comprometendo não apenas a governança, mas os próprios laços sociais e culturais.

Além disso, observa-se que a coerção soberana não se limita a países formalmente considerados adversários. Estados periféricos e semiperiféricos são frequentemente submetidos a chantagens econômicas e institucionais, condicionando empréstimos,

acordos comerciais ou ajuda internacional à adoção de políticas alinhadas a interesses externos. Nesse cenário, a soberania transforma-se em uma ficção jurídica, enquanto decisões estratégicas são deslocadas para organismos financeiros internacionais e centros de poder global.

Esses exemplos empíricos reforçam a tese central deste artigo: a soberania, no mundo pós-moderno, é aplicada de forma seletiva e instrumentalizada como mecanismo de controle geopolítico. A violação da autodeterminação dos povos não ocorre apenas por meio da força militar explícita, mas através de estratégias sofisticadas de dominação econômica, simbólica e epistemológica, que produzem dependência estrutural e dificultam processos de descolonização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar criticamente a crise contemporânea da soberania e da autodeterminação dos povos no contexto do mundo pós-moderno, a partir das práticas geopolíticas de intervenção econômica, política, cultural e epistemológica. Ao longo da análise, demonstrou-se que tais práticas não constituem exceções ou desvios da ordem internacional, mas mecanismos estruturais de regulação do sistema global de poder, profundamente enraizados nas hierarquias históricas do capitalismo mundial.

A partir do referencial teórico mobilizado e do marco analítico construído, evidenciou-se que a soberania opera de forma seletiva e condicional, sendo reconhecida ou suspensa conforme interesses hegemônicos. Essa seletividade deslegitima o discurso universalista do direito internacional e revela uma contradição central da modernidade política: a coexistência entre a defesa formal da autodeterminação e a normalização de práticas que a negam sistematicamente.

Os resultados da análise indicam que bloqueios econômicos, sanções e intervenções indiretas produzem efeitos que extrapolam o campo da política externa, configurando regimes de violência estrutural e necropolítica indireta. Ao afetarem o acesso a bens essenciais, serviços públicos e políticas sociais, tais práticas incidem diretamente sobre a vida cotidiana das populações, aprofundando desigualdades e

produzindo sofrimento social prolongado. Nesse sentido, a crise da soberania manifesta-se como uma crise da própria condição humana em contextos periféricos e vulnerabilizados.

Além disso, o estudo demonstrou que a dominação contemporânea assume a forma de uma colonialidade ampliada, que não se limita à exploração econômica, mas atua na reorganização das culturas, das instituições e dos sistemas de conhecimento. A desorganização estrutural dos Estados cria condições para a imposição de narrativas históricas, modelos pedagógicos e epistemologias universalizantes, que deslegitimam saberes locais e fragilizam projetos civilizatórios alternativos.

A dimensão epistemológica revelou-se central para a compreensão do fenômeno analisado. A violência epistemológica identificada ao longo da discussão evidencia que a crise da soberania é inseparável da crise da diversidade cognitiva global. A exclusão de saberes subalternizados não apenas empobrece o campo do conhecimento, mas limita as possibilidades de construção de autonomias políticas e culturais efetivas. Assim, a descolonização não pode ser concebida apenas como um processo institucional, mas como um projeto epistemológico de longa duração.

Do ponto de vista das políticas públicas, os achados do estudo indicam que a soberania fragilizada compromete a capacidade dos Estados de formular e implementar políticas orientadas pelas necessidades e culturas dos povos. A subordinação a agendas externas transforma políticas públicas em instrumentos de ajuste e controle, esvaziando seu potencial emancipatório e aprofundando a dependência estrutural. Esse processo revela a íntima relação entre soberania, democracia substantiva e justiça social.

Como contribuição teórica, este artigo propôs categorias analíticas — como soberania seletiva, colonialidade ampliada e rupturas civilizatórias — que permitem compreender a crise contemporânea da soberania de maneira integrada e crítica. Tais categorias oferecem um instrumental analítico útil para pesquisas futuras, especialmente aquelas voltadas à análise empírica de contextos nacionais e regionais afetados por intervenções externas.

Por fim, conclui-se que enfrentar a crise da soberania no mundo pós-moderno exige a superação dos paradigmas universalistas que sustentam a ordem internacional

vigente. A construção de alternativas passa necessariamente pelo reconhecimento da pluralidade cultural, política e epistemológica dos povos, bem como pela valorização de projetos históricos enraizados em experiências locais. Em um cenário marcado por situações calamitosas e pelo desrespeito sistemático à autodeterminação, a defesa da soberania não é apenas uma questão geopolítica, mas um imperativo ético, civilizatório e epistemológico.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- GALTUNG, Johan. **Violence, peace, and peace research**. *Journal of Peace Research*, v. 6, n. 3, p. 167–191, 1969.
- GROSFUGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 25–49, 2016.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- MIGNOLO, Walter D. **Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política**. Buenos Aires: Del Signo, 2010.
- QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 117–142.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2014.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **O sistema-mundo moderno**. Porto: Afrontamento, 2004.

Submissão: julho de 2025. Aceite: agosto de 2025. Publicação: dezembro de 2025